Praticando

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TRT-MG

500 QUESTÕES

TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA ADMINISTRATIVA

BANCA FUMARC
E OUTRAS BANCAS

QUESTÕES GABARITADAS

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direito Administrativo
- Legislação
- Noções de Direito do Trabalho
- Noções de Direito Processual do Trabalho

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TRT-MG

Caderno de Questões Gabaritadas

Técnico Judiciário - Área Administrativa

SL-209ST-26
7901183010233

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Noções De Informática 55
3. Noções de Direito Constitucional 73
4. Noções de Direito Administrativo 87
5. Legislação 103
6. Noções De Direito Do Trabalho 123
7. Noções De Direito Processual Do Trabalho 145

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FUMARC - 2024)

Assinale a alternativa em que a substituição do elemento grifado por pronome cor-respondente está **CORRETA**, de acordo com a gramática normativa.

(A) alguém queira arrombar a porta = alguém lhe queira arrombar

(B) Derrubar portas requer cartuchos = Derrubá-las requer cartuchos

(C) esticando um fio que pode cortar destinos = esticando-lo

(D) nós decidimos arquivar sua morte = nós decidimos arquivar ela

2. (FUMARC - 2023)

Considere as sentenças a seguir:

Ele nos oferece o resultado de toda uma vida dedicada à ciência.

(A) Ele oferece-nos os resultados de toda uma vida dedicada à ciência.

Rodrigues nos lembra que o isolamento é um ato de amor.

(A) Rodrigues lembra-nos que o isolamento é um ato de amor.

Sobre elas, é CORRETO o que se afirma em:

(A) A colocação pronominal enclítica é facultativa quando o pronome se liga a um verbo com sujeito explícito.

(B) A ênclise é interditada em formas verbais cujo tempo seja o presente do indicativo.

(C) A ênclise é obrigatória em orações cujo verbo esteja no infinitivo pessoal.

(D) O pronome relativo que *exige* o uso da colocação pronominal enclítica em orações simples.

3. (FUMARC - 2022)

"Superei um tabu"

O ator Lázaro Ramos, 43, conta como lutou para falar sobre paternidade de forma franca e aberta

Depoimento dado a Amanda Péchy

Quando soube que seria pai, aos 32 anos, fui racional. Dizia estar emocionado, mas, na verdade, a ficha só veio a cair no dia em que João nasceu. Aí, sim, aflorou um turbilhão de sentimentos misturados – medos, inseguranças, incertezas. No meio disso, senti um amor gigantesco por um desconhecido, como nunca antes. Me vi também isolado e perdido no novo papel. Cheguei a me afastar de amigos, uma vez que nossas realidades passaram a seguir cursos tão diferentes.[a] Até com aqueles que eram pais, eu não conseguia conversar em profundidade. Era como uma espécie de tabu. Sou integrante de uma geração que começa a discutir a masculinidade e poderia estar mais maduro quando apareceram em minha vida o João, hoje com 11 anos, e a Maria, de 7. O fato é que essa ainda é uma trilha difícil, sobre a qual pesa um machismo, às vezes nas entrelinhas, que resiste ao tempo. Sensibilidade e cuidados, em pleno século XXI e com tantos avanços, parecem ainda não ser temas do universo masculino.

Acabou que minha profissão foi decisiva para trazer o assunto à tona, de forma franca e direta. Queria há tempos tratar do tema e aconteceu com o filme *Papai É Pop*, do do Caíto Ortiz, que recém estreou nos cinemas. Nunca havia lido o livro no qual se baseia o roteiro, obra que levanta uma ampla reflexão para nós, homens, sobre paternidade.[d] Tinha um temor de repetir erros que observava em meu próprio pai, como não abraçar, beijar, não deixar os sentimentos à tona. Queria ser ativo, dar banho, trocar fralda, estar na área, mesmo que significasse uma reviravolta. Na geração dos meus pais, como diz o filme, mãe era peito e o progenitor, bolso. Aprendi que não precisa ser desse jeito, nem deve, e fui conquistando meu espaço, me entendendo nessa rotina. Uso a palavra conquistar porque, tanto eu como minha mulher (a atriz *Taís Araújo*), viemos de famílias de mulheres fortes. E nesse cenário fui demarcando o meu território.

Ter filhos muda a vida de qualquer casal, e conosco não foi diferente. Olhando sob a perspectiva de hoje, a criação deles nos aproximou porque fomos estabelecendo uma saudável divisão de funções e, por tabela, descobrimos algo essencial: nossos conceitos e valores nesse campo eram semelhantes. Foi uma revelação, já que, antes deles, não tínhamos ideia de como seríamos como pais. Selamos, logo de saída, acordos primordiais sobre o dia a dia – saúde, alimentação, educação –, sem discordâncias fundamentais no que importa. Claro que

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

há momentos de tensão, mas temos conseguido contorná-los com boa dose de diálogo. Aprendo também com gente de quem, graças à paternidade, me aproximei nestes anos. Tenho vínculos com pais de amigos dos dois, mas a conversa se prolonga mais com as mães, e eu adoro isso.

Engraçado observar que a experiência que tive com cada um foi tão distinta. Com o João, assimilei tudo em tempo real, me transformando por força das circunstâncias. Quando Taís engravidou outra vez, pensei: "Ótimo, já sou perito". Aí Maria nasceu, e fiquei perdido de novo. Ser pai de menina era um admirável mundo que se abria[e]. Tinha medo de cometer um erro diante de um ser que, além de pequenino, era de outro sexo, um terreno ainda mais desconhecido. Na pandemia, com todos sob o mesmo teto, me vi tendo de lidar com meus demônios: impaciência e até falta de repertório para conversar com eles estavam no rol. Mas a convivência intensiva também foi boa, produtiva, e me fez melhor[c]. Em Papai É Pop, identifico-me com meu personagem Tom porque vejo nele um genuíno desejo de ser bom pai[b] e, ao mesmo tempo, aquele medo de não reunir qualidades suficientes. Ele consegue ser um espelho para vários homens. Assim como o personagem, hoje levo a paternidade com leveza, e falar sobre ela deixou de ser um tabu.

Fonte: ***Revista Veja****, ed. 2805, ano 55, n. 35, p. 78, 07 set. 2022*

A colocação do pronome oblíquo é **facultativa** em:

(A) "Cheguei a **me** afastar de amigos, uma vez que nossas realidades passaram a seguir cursos tão diferentes."

(B) "Em *Papai É Pop,* identifico-**me** com meu personagem Tom porque vejo nele um genuíno desejo de ser bom pai."

(C) "Mas a convivência intensiva também foi boa, produtiva, e **me** fez melhor."

(D) "Nunca havia lido o livro no qual **se** baseia o roteiro, obra que levanta uma ampla reflexão para nós, homens, sobre paternidade."

(E) "Ser pai de menina era um admirável mundo que **se** abria."

4. (FUMARC - 2025)

Considere o texto a seguir para responder a questão

A RAÇA SUPERIOR

Walcyr Carrasco

A espécie humana acredita ser a única inteligente. Puro engano. Há tempos imemoriais nós, os humanos, fomos derrotados por uma raça superior, muito mais esperta. Mais que derrotados, fomos domesticados. Pelos cachorros.

De fato, sob qualquer índice de avaliação, a raça canina se mostra superior. Quem convive com um cão gosta de dizer que é "dono". Como acreditar, se tudo prova que o cachorro é dono do homem? Na questão da alimentação, por exemplo.

Qualquer pessoa gasta dinheiro e tempo para comprar ração. Analisa os vários tipos e até experimenta uns pedacinhos para avaliar o sabor. Corre atrás de ossos para proporcionar tardes de degustação ao cachorro. Compra imitações de borracha. Indústrias pesquisam novas rações nutritivas.

Gastam uma fábula em propaganda. Ou seja: sem levantar uma pata, o cachorro faz com que os seres humanos trabalhem torrando neurônios, tempo e dinheiro simplesmente para alimentá-los! Certa vez tive uma cachorrinha que só podia comer arroz com cenoura e carne moída. Estava sem empregada. Durante um mês levantava uma hora antes, preparava a comida e saía para trabalhar. Ao voltar, servia uma nova refeição e lavava o prato. Em troca, ela me lambia os dedos. Eu me sentia no cúmulo da felicidade só de receber essas lambidinhas! Seja dita a verdade: quem era dono de quem?

E na questão amorosa? Quando gosta de alguém, o cão abana o rabo. Pode ser um desconhecido. Gostou, abanou. Quando está a fim, deita-se de patas para cima e lança um olhar bem pidoncho. Até o coração mais duro não resiste a dar carinho, coçar as orelhas, fazer uns afagos. Eu, não. Nunca me deitei de barriga para ficar me oferecendo. Vontade não faltou, mas e a coragem? Nós, seres humanos, usamos artifícios. Gastamos dinheiro em perfumes, em cabeleireiros, em dermatologistas. Vamos a happy hours, jantares, festas, barzinhos da moda, entramos em chats da internet, só para achar quem nos coce as orelhas. Se alguém faz festa para todo mundo que conhece, rebolando como um cãozinho, vem o veredicto:

— Ih! Está com carência afetiva.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FUMARC - 2026)

Carlos está desenvolvendo um modelo BIM (*Building Information Modeling*) complexo em um ambiente Windows 10, gerenciando múltiplos fluxos de trabalho simultâneos, como simulações estruturais, análise de cargas e renderizações arquitetônicas. Para evitar sobreposição de janelas e manter a organização em seu *pipeline* de engenharia, ele opta por implementar desktops segmentados, criando "compartimentos virtuais" dedicados a cada fase do projeto.

O Windows possui um recurso que permite ao Carlos criar esses "compartimentos virtuais". Qual?

(A) Áreas de Trabalho Virtuais.
(B) Gerenciador de Dispositivos.
(C) Painel de Controle.
(D) Windows Defender.

2. (FUMARC - 2025)

Você está trabalhando em um projeto importante e precisa encontrar um arquivo específico que contém dados cruciais. Lembra-se de ter salvo o arquivo em uma pasta com um nome similar a outros projetos que você está trabalhando. Além disso, você modificou o arquivo recentemente, mas não se lembra do nome exato do arquivo após a modificação.

Qual combinação de ferramentas do Windows 10 você utilizaria para encontrar esse arquivo de forma mais eficiente, considerando as informações disponíveis?

(A) Explorador de Arquivos e Lixeira.
(B) Ferramenta de Pesquisa do Windows e Histórico de Arquivos.
(C) Gerenciador de Tarefas e Lixeira.
(D) Painel de Controle e Ferramenta de Pesquisa do Windows

3. (FUMARC - 2025)

Sofia adora personalizar seu computador com Windows 10 para deixá-lo mais organizado e fácil de usar. Um dia, ela percebeu que o Explorador de Arquivos mostrava várias unidades de disco vazias, como leitores de CD/DVD ou cartões de memória desconectados, o que deixava a tela cheia de ícones que ela não queria ver. Para deixar sua área de trabalho mais limpa e evitar distrações, Sofia resolveu buscar uma forma de ocultar essas unidades vazias diretamente nas configurações do sistema.

Considerando as opções do Explorador de Arquivos do Windows 10, qual das alternativas abaixo está **CORRETA** sobre a configuração para ocultar unidades vazias?

(A) No Explorador de Arquivos, é possível ativar a opção "Ocultar unidades vazias" nas configurações das "Opções de pasta", fazendo com que essas unidades não sejam exibidas quando não tiverem nenhum dispositivo conectado ou conteúdo.
(B) O Windows 10 não oferece nenhuma opção para ocultar unidades vazias no Explorador de Arquivos, sendo necessário usar *software* externo.
(C) Para ocultar unidades vazias, é preciso editar diretamente o registro do Windows, pois não existe configuração disponível na interface do Explorador de Arquivos.
(D) Para ocultar unidades vazias, Sofia precisa instalar um antivírus especializado, pois essa função está relacionada à segurança do sistema.

4. (FUMARC - 2025)

O recurso "Acesso Rápido" do Explorador de Arquivos no Windows 10 é utilizado para facilitar o acesso a pastas frequentemente usadas e melhorar a organização dos arquivos. Muitos usuários buscam compreender melhor suas funcionalidades para otimizar a navegação e o gerenciamento de documentos no sistema.

Sobre o recurso "Acesso Rápido" no Explorador de Arquivos do Windows 10, todas as afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

(A) É possível fixar uma pasta ao "Acesso Rápido", clicando com o botão direito do mouse e escolhendo a opção "Fixar no Acesso Rápido".
(B) No "Acesso Rápido", as pastas fixadas aparecem automaticamente em ordem alfabética e não podem ser reorganizadas manualmente pelo usuário.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(C) O "Acesso Rápido" também exibe automaticamente os arquivos usados recentemente na seção "Arquivos Recentes".
(D) O usuário pode limpar a lista de histórico do "Acesso Rápido" através das opções de Pasta, seção Privacidade e opção que indica "Limpar Histórico".

5. (FUMARC - 2025)

João trabalha diariamente com o Windows 10 e precisa organizar diversos arquivos em seu computador. Para facilitar o acesso e a visualização desses arquivos, ele quer ajustar as opções de exibição no Explorador de Arquivos, otimizando a forma como os documentos são apresentados.

Sobre as opções de visualização no Explorador de Arquivos do Windows 10, é **CORRETO** afirmar:

(A) A opção "Painel de visualização" exibe automaticamente o conteúdo completo de todos os arquivos na pasta sem a necessidade de seleção manual.
(B) A única forma de visualizar detalhes como tamanho e data de modificação é quando o modo "Ícones grandes" está ativado.
(C) É possível exibir arquivos ocultos ativando a opção "Itens ocultos" na guia "Exibir" do Explorador de Arquivos.
(D) No Windows 10, não é permitido alterar o layout da visualização entre "Detalhes" e "Lista".

6. (FUMARC - 2025)

A professora Samanta organizou uma visita à prefeitura. Durante essa visita ela resolveu mostrar aos seus alunos como enviar um trabalho pela internet utilizando a rede sem fio. O *notebook* da professora utilizava o sistema operacional Windows 10. Ao abrir o *notebook*, ela constatou o ícone de sinal de Wi-Fi no canto inferior direito da tela e comentou com os alunos que bastava clicar ali para ver todas as redes disponíveis e se conectar rapidamente à da prefeitura.

Examinando as alternativas abaixo, todas estão corretas, EXCETO:

(A) Caso a rede esteja oculta, o usuário pode adicionar manualmente o nome (SSID) e a senha para estabelecer a conexão.
(B) É possível salvar a senha da rede Wi-Fi para conexão automática em acessos futuros.
(C) O Windows 10 exibe automaticamente as redes Wi-Fi disponíveis ao clicar no ícone de rede na Área de Notificação.
(D) Para se conectar a uma rede Wi-Fi, é necessário abrir o *Prompt* de Comando e digitar manualmente o nome e a senha da rede.

7. (FUMARC - 2025)

Durante o expediente na prefeitura, a servidora Clarice está preparando relatórios no Windows 10 e precisa renomear uma pasta e criar um novo documento de texto. Ela decide usar o menu suspenso, que aparece ao clicar com o botão direito do *mouse* sobre um arquivo ou área da área de trabalho.

Com base nessa situação, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

(A) É possível criar novos arquivos ou pastas diretamente pelo menu suspenso, escolhendo a opção Novo.
(B) O menu suspenso aparece apenas quando se pressiona a tecla Ctrl junto com o clique do *mouse*.
(C) O menu suspenso apresenta opções como Abrir, Renomear, Excluir e Propriedades.
(D) O menu suspenso varia conforme o tipo de item selecionado, exibindo opções diferentes para pastas, arquivos e atalhos.

8. (FUMARC - 2025)

Durante uma campanha de comunicação da prefeitura, o secretário de comunicação ficou responsável por organizar centenas de fotos e imagens em seu computador com Windows 10.

Ele utilizou a pasta Imagens para facilitar o acesso, a visualização e a classificação dos arquivos por data e tipo.

Com base no uso da pasta Imagens e em suas funcionalidades no Windows 10, todas as afirmativas estão corretas, EXCETO:

(A) A pasta Imagens não permite alterar o modo de exibição dos arquivos, sendo sempre exibidos como ícones pequenos.
(B) A pasta Imagens pode ser fixada no Acesso Rápido ou movida para outro local do disco, mantendo sua funcionalidade padrão.
(C) É possível alterar o modo de exibição para visualizar miniaturas, detalhes ou listas de imagens, conforme a necessidade do usuário.
(D) O Windows 10 permite organizar as imagens por data, nome, tipo ou tamanho, facilitando a localização de arquivos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FUMARC - 2025)

Assinale a afirmativa que NÃO corresponde a um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(A) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(B) Garantir o desenvolvimento nacional.

(C) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(D) Promover o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais estabelecidas.

2. (FUMARC - 2023)

O Estado Democrático de Direito, modelo de Estado adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, NÃO acolhe a seguinte hipótese:

(A) Criminalização da desqualificação da pessoa em razão de orientação sexual ou de gênero.

(B) Extinção do pluralismo político, mediante instauração de partido único.

(C) Supremacia da Constituição, inclusive mediante guarda do Supremo Tribunal Federal.

(D) Tratamento discriminatório positivo a grupos sociais, no âmbito de políticas públicas, em razão de suas vulnerabilidades.

3. (FUMARC - 2023)

A atuação do Estado, sob a ordem constitucional vigente no Brasil, pressupõe que

(A) a Constituição possa sofrer alterações irrestritas, desde que aprovadas pelo Poder Legislativo competente.

(B) as autoridades estatais se submetam aos limites da Lei, exceto se investidas por processo eleitoral.

(C) o Poder Legislativo possa restringir as liberdades individuais irrestritamente, desde que o faça por Lei.

(D) os objetivos fundamentais sejam impostos permanentemente aos entes estatais, ainda que haja alternância na função de governo.

4. (FUMARC - 2022)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, **EXCETO**:

(A) garantia do desenvolvimento nacional.

(B) igualdade entre os Estados.

(C) independência nacional.

(D) prevalência dos direitos humanos.

5. (FUMARC - 2022)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, entre os objetivos fundamentais encontram-se, **EXCETO**:

(A) erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

(B) garantia do desenvolvimento nacional.

(C) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(D) solução pacífica dos conflitos.

6. (FUMARC - 2022)

NÃO corresponde a um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

(A) Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

(B) Garantia do desenvolvimento nacional.

(C) O pluralismo político.

(D) Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7. (FUMARC - 2022)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir, identificando-os com **V** ou **F**, conforme sejam verdadeiros ou falsos:

( ) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

( ) Os direitos e as garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

( ) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

( ) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a soberania popular são fundamentos da República Federativa do Brasil A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

(A) **F F V V**
(B) **F V V F**
(C) **V F V F**
(D) **V V V F**

8. (FUMARC - 2022)

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, a "Prevalência dos Direitos Humanos" é caracterizada como:

(A) Fundamento da República Federativa do Brasil.
(B) Garantia fundamental da República Federativa do Brasil
(C) Objetivo da República Federativa do Brasil.
(D) Princípio Fundamental da República Federativa do Brasil.

9. (FUMARC - 2022)

É princípio fundamental da República, conforme a Constituição da República de 1988,

(A) a autoridade do Estado.
(B) a segurança nacional.
(C) a sujeição da pessoa.
(D) o partido único.
(E) o valor social do trabalho.

10. (FUMARC - 2021)

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios fundamentais, EX□CETO:

(A) Autodeterminação dos povos.
(B) Garantia do desenvolvimento nacional.
(C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
(D) Soberania popular.

11. (FUMARC - 2025)

Após a Segunda Guerra Mundial, os excessos contra a integridade humana ele-varam a dignidade da pessoa humana ao status de princípio supremo. Os direi-tos fundamentais, diretamente vinculados a essa dignidade, constituem prerro-gativas positivadas que garantem liberdade e igualdade. Consequentemente, os direitos de personalidade ganharam maior relevância por se fundamentarem nesse valor supremo. A realização das três dimensões dos direitos fundamen-tais (individuais, políticos e sociais) representa o próprio conteúdo jurídico da dignidade humana (LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. A fundamentalidade do Di-reito do Consumidor no Contexto da Constitucionalização do Direito Privado Brasileiro. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016).

Com base no texto apresentado e na teoria dos direitos fundamentais, é COR-RETO afirmar que:

(A) Os direitos fundamentais são absolutos e não admitem qualquer tipo de res-trição, mesmo quando em conflito com outros direitos de igual hierarquia.
(B) A dignidade da pessoa humana constitui o núcleo dos direitos fundamentais, funcionando como princípio supremo e fonte legitimadora dos demais direi-tos fundamentais.
(C) A constitucionalização dos direitos fundamentais impede sua aplicação di-reta nas relações privadas, limitando sua eficácia ao âmbito das relações públicas.
(D) As três dimensões dos direitos fundamentais (individuais, políticos e sociais) são independentes entre si e não se relacionam com o conteúdo da digni-dade humana.

12. (FUMARC - 2023)

A liberdade de reunião, tal como protegida nos direitos e garantias individuais pela Constituição vigente, exige a observância do seguinte limite:

(A) Autorização estatal prévia.
(B) Convocação por entidade social de interesse público.
(C) Finalidade estritamente político-partidária.
(D) Vedação ao caráter paramilitar.

13. (FUMARC - 2023)

As pessoas, os órgãos e os agentes de Estado, em face da manifestação religiosa, no marco dos Estados laicos, possuem a seguinte obrigação:

(A) Decidir, por força da soberania, sobre a manutenção ou extinção da laicidade do Estado.
(B) Decidir, por força de Lei, a religião oficial do Estado, conforme critérios de adesão majoritários.
(C) Fomentar as religiões por seus próprios fins.
(D) Suportar a liberdade de crença, culto e organização religiosas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FUMARC - 2026)

O Direito Administrativo se determina por princípios, alguns deles próprios também de outros ramos do direito público.

No que se refere aos princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) As normas de direito público visam concretizar o princípio da supremacia do interesse público sobre o individual, razão pela qual sempre refletirão apenas o bem-estar coletivo, ou seja, não se verificam normas de direito público que defendam interesses dos particulares.

(B) O princípio da impessoalidade está relacionado à finalidade pública que deve nortear a atividade administrativa. Dessa forma, não impede que se constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos.

(C) O princípio da legalidade é indispensável à regular atuação da Administração Pública, tendo em vista que, aos particulares, é permitido fazer tudo que a lei não proíbe, vigorando para eles o princípio da autonomia da vontade.

(D) O princípio da moralidade deve ser observado pelo administrador, não se impondo ao particular que se relaciona com a Administração Pública.

2. (FUMARC - 2024)

Os princípios de Direito Administrativo que regem a Administração Pública estão contidos no artigo 37, da Constituição Federal/88. Analise as alternativas a seguir e marque a opção que contempla, exclusivamente, princípios de Direito Administrativo.

(A) Legalidade, impessoalidade, eficiência, eficácia e efetividade.

(B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

(C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, exclusividade e eficiência.

3. (FUMARC - 2023)

O princípio da publicidade, que vincula a Administração Pública dos três poderes e demais órgãos de Estado, determina:

(A) a publicidade como regra dos atos da Administração, permitidas as exceções previstas na Constituição e regulamentadas em lei.

(B) a publicidade como regra, permitidas exceções a critério do legislador mediante norma infraconstitucional.

(C) a publicidade dos atos estatais, desde que reivindicada pelo procedimento legal estabelecido para demandar informações individual ou coletivamente.

(D) o sigilo como regra geral, permitida a publicidade conforme regulamentada por Lei.

4. (FUMARC - 2023)

O princípio da legalidade aplicado à Administração Pública na sua relação com particulares proíbe a seguinte conduta:

(A) Aplicação de penalidade administrativa não prevista em lei.

(B) Aplicação de penalidades se a relação entre a Administração Pública e o Particular for de natureza contratual.

(C) Aplicação de restrições ao direito de propriedade, ainda que previstas em Lei.

(D) Correção de ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, cometida pelo servidor no exercício das funções.

5. (FUMARC - 2023)

O princípio da impessoalidade proíbe que o servidor público

(A) corrija as ilegalidades que identificar no exercício de suas funções ou de seus subordinados.

(B) recuse o cumprimento de ordens emanadas da Administração Pública, ainda que ilegais.

(C) reivindique individualmente garantias inerentes ao cargo.

(D) use as prerrogativas do cargo para obter vantagens pessoais para si ou para terceiros.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. (FUMARC - 2023)

O poder disciplinar sobre os servidores do Poder Legislativo deve apresentar o seguinte **REQUISITO** de validade:

(A) Decisão discricionária da autoridade competente acerca da pretensão de defesa técnica pleiteada pelo acusado.

(B) Defesa prévia em prazo hábil, mediante defesa técnica, se assim pleitear o acusado.

(C) Homologação da decisão sancionatória pelo chefe do Poder Executivo Municipal por força do princípio da Unidade da Administração Pública.

(D) Identidade entre o processo administrativo disciplinar aplicável ao servidor e o processo ético disciplinar aplicável ao parlamentar.

7. (FUMARC - 2023)

O princípio da impessoalidade determinaria a invalidade da seguinte decisão pública:

(A) Criação de núcleo especializado de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito das atividades de assistência social.

(B) Edital de concurso público que estabelecesse reserva de vaga para pessoas com deficiência.

(C) Lei Ordinária Municipal que autorizasse o uso de prédios públicos por agentes públicos, para fins pessoais, durante o período de dias não úteis.

(D) Parcerias entre o Município e organizações religiosas, ainda que para fins laicos.

8. (FUMARC - 2023)

A motivação das decisões proferidas em processos administrativos, constitui para o agente que a emita:

(A) Dever legal.

(B) Faculdade.

(C) Livre escolha.

(D) Proibição legal.

9. (FUMARC - 2023)

O poder de um agente Público de anular seus atos ilegais e revogar os inconvenientes exige a observância do seguinte requisito:

(A) Autorização legislativa prévia e expressa para cada ato.

(B) Que o agente competente para corrigir a ilegalidade seja diverso daquele que a praticou.

(C) Que o ato sob autotutela tenha causado dano ao erário.

(D) Respeito ao Direito adquirido, na hipótese de revogação.

10. (FUMARC - 2021)

"Os princípios devem ser encarados como normas gerais coercitivas que orientam a atuação do indivíduo, definindo valores a serem observados nas condutas por ele praticadas. De fato, os princípios encerram ideias centrais de um sistema e dão sentido lógico e harmônico às demais normas que regulamentam o Direito Administrativo, possibilitando sua melhor organização. Por seu turno, os princípios de Direito Administrativo definem a organização e a forma de atuar do ente estatal, estabelecendo o sentido geral de sua atuação."

(Matheus Carvalho in Manual de Direito Administrativo).

Em relação ao tema "Princípios da administração pública", é INCORRETO afirmar:

(A) A atuação estatal pode ser, expressa ou implicitamente, prevista em lei, diante da possibilidade de edição de atos administrativos discricionários nos quais o administrador poderá, mediante interpretação baseada no princípio da razoabilidade, definir a possibilidade de atuação, inferido de uma disposição normativa.

(B) O Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público define os limites da atuação administrativa e decorre do fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta.

(C) Pelo princípio da intranscendência, a nomeação de particular para assunção de cargos de natureza política ou a nomeação de parentes para o exercício de função pública é considerada ofensa direta à impessoalidade da atuação estatal.

(D) São princípios constitucionais expressos: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

11. (FUMARC - 2023)

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o poder disciplinar não abrange as san-ções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração,

PORQUE,

nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado. Está CORRETO o que se afirma em:

(A) A proposição e a razão são falsas.

(B) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

(C) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

(D) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO

1. (FCC - 2023)

A Lei nº 8.112/1990 define que servidor é a pessoa

(A) aprovada em concurso público de provas e títulos.

(B) nomeada para provimento em cargo público.

(C) legalmente investida em cargo público.

(D) nomeada, em caráter efetivo, para cargo de confiança vago.

(E) designada para provimento de cargo de confiança vago, salvo na condição de interino.

2. (FCC - 2022)

A Lei nº 8.112/1990 estabelece que *o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor* é denominado

(A) função.

(B) comissionamento.

(C) cargo público.

(D) prestação de serviço público.

(E) provimento.

3. (FCC - 2025)

Carmem, pessoa com deficiência, preenchendo todos os requisitos, deseja se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência. Valéria, servidora ocupante de cargo em comissão, será nomeada para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupa atualmente. Nessas situações, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, para Carmem e outras pessoas com deficiência nas mesmas circunstâncias serão reservadas até

(A) 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade.

(B) 20% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá a remuneração de ambos os cargos durante o período da interinidade,

(C) 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria deverá optar pela remuneração de um dos dois cargos durante o período da interinidade.

(D) 20% das vagas oferecidas no concurso e Valéria deverá optar pela remuneração de um dos dois cargos durante o período da interinidade.

(E) 5% das vagas oferecidas no concurso e Valéria receberá obrigatoriamente apenas a remuneração do cargo de confiança que ocupará durante o período da interinidade.

4. (FCC - 2022)

Considere as seguintes definições:

I. Retorno à atividade de servidor aposentado.

II. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, as definições **I**, **II** e **III** correspondem correta e respectivamente a:

(A) aproveitamento, reintegração e readaptação.

(B) reversão, aproveitamento e recondução.

(C) reversão, reintegração e recondução.

(D) recondução, aproveitamento e readaptação.

(E) aproveitamento, recondução e reintegração.

5. (FCC - 2022)

O ato de provimento de determinado candidato aprovado no concurso público foi publicado em 4/4/2022. O candidato foi nomeado. Houve inspeção médica oficial e o candidato foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. A posse ocorreu mediante procuração específica em 20/4/2022. O servidor empossado entrou em exercício em 25/4/2002. No ato da entrada em exercício, o servidor apresentou declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

(A) não há previsão legal para posse mediante procuração específica.

(B) o prazo legal para a posse não foi respeitado.

(C) o prazo legal para a entrada em exercício não foi respeitado.

(D) não há previsão legal de posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

(E) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública deveria ter sido feita no ato da posse.

6. (FCC - 2022)

Consoante disposto na Lei nº 8.112/1990, a nomeação far-se-á em caráter

(A) efetivo ou em comissão.

(B) revogável ou irrevogável.

(C) probatório ou estável.

(D) relativo ou absoluto.

(E) provisório ou permanente.

7. (FCC - 2022)

O instituto da readaptação, na forma prevista na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, consiste em

(A) procedimento de natureza disciplinar aplicado ao servidor que tenha cometido faltas funcionais puníveis com pena de suspensão, como sucedâneo à aplicação da referida sanção.

(B) modalidade de investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação sofrida pelo servidor em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

(C) modalidade de movimentação funcional passível de utilização apenas enquanto não concluído o estágio probatório, quando se verificar, mediante relatório circunstanciado, que o servidor poderá ter melhor aproveitamento em local de lotação diverso do original.

(D) modalidade de retorno ao cargo de origem do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

(E) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.

8. (FCC - 2023)

Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, considere que o recebimento de adicional se deve da seguinte forma:

Servidor 1: Pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas. Servidor 2: Pela prestação de serviço extraordinário.

Servidor 3: Pelo serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.

Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal. Todavia, esse mesmo ordenamento legal prevê que são excluídas desse teto de remuneração as vantagens recebidas pelo(s) servidor(es)

(A) 1, 2 e 3.

(B) 2 e 3, apenas.

(C) 1 e 3, apenas.

(D) 2, apenas.

(E) 1 e 2, apenas.

9. (FCC - 2023)

A Lei nº 8.112/1990 veda ao servidor, em estágio probatório, a concessão de licença

(A) para o serviço militar.

(B) para atividade política.

(C) para tratar de interesses particulares.

(D) por motivo de doença em pessoa da família.

(E) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

10. (FCC - 2022)

A propósito das hipóteses de afastamentos e licenças dos servidores públicos, a Lei nº 8.112/1990 prevê que o servidor

(A) fará jus a licença com remuneração para acompanhar cônjuge ou companheiro deslocado para outra localidade, exceto quando o deslocamento for para o exterior.

(B) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, não precisará se afastar de seu cargo, podendo acumular as remunerações respectivas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

1. (FCC - 2021)

Em relação aos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, considerando-se a doutrina, a legislação e as Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) não há nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público na Consolidação das Leis do Trabalho, porque a mesma regula o contrato individual nas relações de trabalho.

(B) em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma, o Juiz do Trabalho privilegia a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

(C) o princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual tanto o ônus da prova quanto seu término é do empregado, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

(D) de acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego pode ser modificado, caso ocorra efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(E) o princípio da irrenunciabilidade informa que o Direito do Trabalho impede a supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, de prerrogativa legal.

2. (FCC - 2025)

De acordo com a legislação vigente, a relação de emprego é

(A) um tipo de relação de trabalho que se caracteriza pela prestação pessoal de serviços, independentemente de serem remunerados ou não.

(B) exercida de forma subordinada entre uma pessoa física e uma pessoa jurídica, assim como a relação de trabalho.

(C) um tipo de relação de trabalho exercida de forma pessoal, não eventual, onerosa e subordinada.

(D) qualquer relação de trabalho desde que seja formalizada por contrato escrito.

(E) qualquer relação de trabalho prestada de forma onerosa a uma pessoa jurídica.

3. (FCC - 2024)

Peçanha, policial militar, ingressou com uma reclamação trabalhista em face do Consultório Odontológico "Sorriso Lindo". Na inicial, relatou que, entre 2019 e 2021, havia prestado serviços de segurança para a clínica e era responsável por acompanhar a abertura (por volta das 9h) e o fechamento (por volta das 18h) do consultório. Ele pretendia a anotação do contrato na carteira de trabalho e o pagamento de todas as parcelas decorrentes. Em sua defesa, a clínica disse que ficava numa sobreloja e que, por volta de 2019, passou a sofrer diversos assaltos e ameaças por telefone. Na mesma época, o policial se ofereceu espontaneamente para dar segurança em troca de pagamentos mensais. Desde então, não ocorreram mais assaltos. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como a jurisprudência vigente, e, considerando, tão somente, as informações oferecidas pelo enunciado,

(A) preenchidos os requisitos necessários, é legitimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

(B) somente poderá ser reconhecido o vínculo trabalhista entre o policial e a clínica caso tenha sido dada permissão da prestação de serviços pela Polícia Militar do Estado ao qual o trabalhador está subordinado.

(C) tendo em vista que a prestação de serviços se deu em concomitância com o exercício de função pública, o policial militar deverá optar, havendo compatibilidade de horário, por uma das atividades e, ainda, pela remuneração que lhe parecer mais conveniente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(D) por ser o militar em questão servidor público, qualquer reconhecimento de vínculo trabalhista demanda, necessariamente, a aprovação em concurso público.
(E) em razão de a contratação do policial pela clínica odontológica ter se dado sem concurso público, não trará ao trabalhador quaisquer efeitos jurídicos válidos a não ser o direito à percepção dos salários do período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4. (FCC - 2024)

Diante do que dispõe o ordenamento jurídico e a doutrina acerca do contrato individual do trabalho, exige-se, para sua configuração, dentre outros elementos,
(A) a obrigatoriedade de ser firmado apenas entre pessoas jurídicas como contratantes e pessoas físicas como contratadas.
(B) a necessidade de o empregador dirigir a prestação pessoal de serviço.
(C) a pessoalidade do empregado e do empregador.
(D) a exclusividade para o mesmo empregador.
(E) a obrigatoriedade de ser firmado apenas por escrito.

5. (FUMARC - 2022)

Profissionais liberais podem ser empregadores?
(A) Não, a figura do empregador não admite equiparação.
(B) Não, por expressa previsão legal.
(C) Sim, desde que o façam por contratos formais.
(D) Sim, equiparam-se a empregadores se presentes os requisitos do emprego.
(E) Sim, por requisitos próprios.

6. (FCC - 2025)

Considere as seguintes situações hipotéticas:
I. Cintia, empregada da empresa AS, deixou de comparecer ao serviço por dois dias consecutivos em razão do falecimento da sua irmã, Xênia.
II. Jaques, empregado da empresa BS, deixou de comparecer ao serviço por cinco dias consecutivos em razão da adoção de seu filho, Godofredo.
III. Samanta, empregada da empresa CS, está no gozo de 20 dias de suas férias.
IV. Liliana, empregada da empresa DS, deixou de comparecer ao serviço para realizar prova de exame de vestibular para ingresso em Universidade localizada em cidade diversa da que a empresa está estabelecida.
Nestas hipóteses, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, caracterizará a
(A) suspensão do contrato de trabalho de Samanta, apenas.
(B) suspensão do contrato de trabalho de Cintia, Jaques e Liliana, apenas.
(C) interrupção do contrato de trabalho de Cintia, Jaques, Samanta e Liliana.
(D) suspensão do contrato de trabalho de Cintia, Jaques, Samanta e Liliana.
(E) interrupção do contrato de trabalho de Cintia e Jaques, apenas.

7. (FCC - 2022)

Iris é doadora regular de sangue e no último ano de contrato praticou a ação de doar sangue em três oportunidades, deu à luz um filho, bem como contraiu matrimônio. Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, Iris pôde se ausentar do trabalho no último ano sem prejuízo do seu salário por
(A) 11 dias.
(B) 9 dias.
(C) 13 dias.
(D) 8 dias.
(E) 7 dias.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2025)

Sobre os atos, termos e prazos no processo do trabalho, de acordo com as previsões legais, é **correto** afirmar que

(A) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e serão realizados nos dias úteis das 6 às 18 horas, sem prorrogação.

(B) a penhora poderá ser realizada em sábado, domingo ou feriado, mas somente mediante autorização expressa do juiz.

(C) o curso do prazo processual será interrompido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

(D) a interrupção dos prazos processuais entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, não impede a realização de audiências ou de sessões de julgamento.

(E) os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juízo entender necessário ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

2. (FCC - 2024)

Luana e Camila, advogadas recém-formadas que trabalham no mesmo escritório de advocacia, estão pretendendo gozar de suas férias no mês de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, respectivamente. Objetivando não causar desorganização nos prazos processuais, as advogadas verificaram na Consolidação das Leis do Trabalho que o curso do prazo processual

(A) suspende-se nos dias compreendidos entre 21 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive.

(B) suspende-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive.

(C) interrompe-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

(D) suspende-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive,

(E) interrompe-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 19 de janeiro, inclusive.

3. (FCC - 2022)

Foi proferida sentença trabalhista procedente em parte em face de Casa de Carnes Água na Boca Ltda., na 5ª-feira (14/12), sendo disponibilizada a publicação no Diário de Justiça eletrônico na 6a-feira (15/12), por se tratar de PJe. A reclamada pretende ingressar com recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho, sendo que nesse caso hipotético em que não existam feriados regionais/estaduais, nos termos da CLT e da legislação federal vigente acerca do Processo Judicial Eletrônico, o prazo final para sua interposição será em

(A) 29/01.

(B) 31/01.

(C) 26/01.

(D) 25/01.

(E) 01/02.

4. (FCC - 2022)

O Juízo do Trabalho de determinada Vara Trabalhista proferiu sentença e determinou sua publicação em Diário Oficial no dia 11 de janeiro de 2022. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o prazo para recurso contra referida sentença começará a fluir

(A) de imediato, eis que o recesso da Justiça do Trabalho encerrou-se em 06/01/2022.

(B) no primeiro dia útil subsequente após 19/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam- se suspensos.

(C) no primeiro dia útil subsequente após 19/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam- se interrompidos.

(D) no primeiro dia útil subsequente após 20/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 20/01/2022 (inclusive) os prazos processuais encontravam-se interrompidos.

(E) no primeiro dia útil subsequente após 20/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 20/01/2022 os prazos processuais encontravam- se suspensos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (FCC - 2022)

Conforme o que está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho no tocante aos prazos processuais, no período compreendido entre

(A) 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.

(B) 19 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências nem sessões de julgamento.

(C) 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências nem sessões de julgamento.

(D) 19 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.

(E) 20 de dezembro e 19 de janeiro, inclusive, do ano seguinte, os prazos processuais estão suspensos na Justiça do Trabalho, podendo ser realizadas audiências a critério do magistrado.

6. (FCC - 2025)

Entre as despesas processuais, assim consideradas os custos econômicos e financeiros do processo suportados pelas partes, estão as custas que, segundo a legislação aplicável e o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) serão arbitradas pelo juiz quando o processo for extinto sem julgamento do mérito, respeitado o limite de quatro vezes o valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

(B) não serão reembolsadas à parte vencedora em segunda instância, em reversão, se a parte vencida for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, ou o Ministério Público do Trabalho.

(C) serão, em caso de celebração de acordo, pagas em partes iguais pelos litigantes, desde que não tenha sido convencionado de outra forma.

(D) no processo de execução, serão sempre de responsabilidade do executado e pagas no prazo de quinze dias após a homologação do valor da condenação.

(E) nas ações plúrimas, incidem de forma individualizada, devendo ser calculadas sobre o valor do pedido ou da condenação em relação a cada um dos reclamantes em litisconsórcio.

7. (FCC - 2025)

Em relação às custas e emolumentos judiciais na Justiça do Trabalho, considere:

I. No processo de execução, as custas devidas são sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.

II. Nos autos de arrematação, de adjudicação e de remição, as custas serão de 3% sobre o respectivo valor, observado o limite máximo preestabelecido.

III. Nos embargos à execução, embargos de terceiro e embargos à arrematação não incidem custas e emolumentos judiciais.

IV. As Autarquias Municipais e as Fundações Públicas Estaduais que não explorem atividades econômicas são isentas de custas.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I e III.

(C) II, III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I e IV.

8. (FCC - 2025)

Kassis ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a empresa Livro Viagem em Pensamento Ltda., requerendo o pagamento de horas extras supostamente realizadas. Considerando que possui excelentes condições financeiras, a reclamante está preocupada com as custas processuais do processo e resolveu consultar previamente sua advogada para se preparar economicamente. A advogada respondeu alguns questionamentos de Kassis, pontuando que as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!